



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

Conselho Estadual de Recursos Hídricos
ATA DA 69ª RO - REUNIÃO ORDINÁRIA - CONERH
São Luís, MA, 20 de fevereiro de 2025

1. Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às 14:00, foi aberta a 69ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH– que ocorreu de forma híbrida, no Espaço Fiema - 4º andar e através link: bit.ly/4aOQMqn.
2. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, fez a primeira contagem de quórum, não sendo suficiente para começar a reunião, foi aguardado 30 minutos regimentais para a segunda conferência, na qual já havia quórum suficiente.
3. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros do CONERH:
 - I. **ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA** - representante do Sindicato de Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Maranhão e do Pará – SINDICANALCOOL, suplente;
 - II. **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO** – representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, suplente
 - III. **CLAUDEMIR DA FONSECA GOMES FILHOS** – representante da Mineração Aurizona S/A, titular;
 - IV. **FERNANDO BERGMANN** - representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária – SAGRIMA, suplente;
 - V. **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA** - representante do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPRODC, suplente;
 - VI. **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** – representante do Instituto Nacional de Políticas Públicas – INPP, titular;
 - VII. **IRENE AGUIAR SANTOS** – representante da Associação de Pescadores e Agricultores do Povoado Canto dos Lençóis, titular;
 - VIII. **JÉSSICA PIRES FERNANDES SILVA** – representante da BRK Ambiental, titular;
 - IX. **JOSÉ IVO GONÇALVES SOUSA** – representante do Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de Maranhão - Bacia Hidrográfica do Rio Mearim, suplente;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

- I. **JULIANA AROUCHE COSTA** – representante da Agropecuária e Industrial Serra Grande LTDA, suplente;
 - II. **LUANA SANTOS TAVARES** – representante da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia – SEINC, titular;
 - III. **MAXUEL RODRIGUES PINTO** – representante da Associação Rede Buriti do Povoado Bom Gosto, suplente;
 - IV. **MEAGAN TALITA PINHEIRO LEAL** – representante da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA, titular;
 - V. **NAIARA RABELO VALLE** – representante do Instituto Ecos de Gaia, suplente;
 - VI. **OZENILDO JOSÉ PEREIRA CORREIA** – representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Munim, titular;
 - VII. **REINALDO PEREIRA DA SILVA** - representante do Instituto Ecológico martim Pescador- IEMP, suplente;
3. Lista de Participantes:
- I. **ANDRÉA SABOIA MORAIS SOUSA** - SEMA;
 - II. **HADINA BIANCA CUTRIM SILVA** – CONSELHOS/SEMA;
 - III. **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**- CONSELHOS/SEMA;
 - IV. **LEONARDO DE JESUS MARINHO VIANA** – SRH/SEMA;
 - V. **LUISA HELENA WAQUIM MOREIRA** – CONSELHOS/SEMA;
 - VI. **RAISSA RIBEIRO DE GUSMÃO AZULAY** – SUPEA/ SEMA;
 - VII. **ROBERTO BASTOS** - FIEMA;
 - VIII. **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES** - SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA E MORADIA DIGNA.
4. Justificaram ausência:
- I. **JOSUEL SILVESTRE SILVA** – representante da Associação Comunitária ITAQUI-BACANGA, titular;
 - II. **PEDRO CARVALHO CHAGAS** – representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, titular.
5. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, abriu a reunião dando boas-vindas aos Conselheiros e aos demais participantes. Submeteu à



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

votação a aprovação da ata da 30ª reunião extraordinária do CONERH, que foi aprovada por unanimidade. Passou para o item 3.1. e perguntou se havia alguma apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e de requerimentos de urgência, por escrito ou verbal. Informou que foram recebidos dois encaminhamentos que se desejava incluir após a finalização da pauta. Explicou que o primeiro ponto se tratava da indicação de cinco representantes do CONERH como delegados natos da Conferência Estadual de Meio Ambiente, e o segundo dizia respeito a um informe sobre o seminário anual, conforme solicitação do vice-presidente. Ressaltou que esses dois pontos seriam acrescentados à pauta, caso houvesse concordância por parte dos presentes. Abriu para manifestação. Não havendo discordância, os itens foram adicionados a pauta. Com a inserção feita, abriu para manifestações.

6. A conselheira **NAIARA RABELO VALLE**, pontuou que sua solicitação pode ser incluída em “Assuntos de Interesse Geral”. E que se refere a um link sobre estudos que apontam a queda na disponibilidade hídrica nos próximos anos e como isso se relaciona com o Pacto pela Gestão das Águas do Maranhão. Sugere que o tema seja abordado ao final, por se tratar de uma pauta mais ampla, de nível discursivo e de diálogo.
7. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, não havendo mais manifestações, deu continuidade à pauta, destacando que o próximo ponto a ser abordado seria a apresentação sobre o “Programa Conexão Ambiental – Construindo Planos Municipais no Maranhão”. Explicou que o tema foi incluído na reunião a pedido dos conselheiros, conforme sugerido na última reunião, e que a Superintendência de Educação Ambiental foi convidada para demonstrar o funcionamento do programa e seus avanços. Passou a fala para a servidora Raissa Ribeiro de Gusmão Azulay.
8. A servidora **RAISSA RIBEIRO DE GUSMÃO AZULAY**, cumprimentou os presentes e expressa satisfação pelo interesse do conselho no Projeto Conexão Ambiental. Explicou que o projeto surgiu com o objetivo de não apenas executar ações pontuais de educação ambiental, mas promover a gestão compartilhada, incentivando municípios a elaborarem seus planos municipais de educação ambiental, alinhados ao Plano Estadual. Destacou que a iniciativa busca atender inicialmente 27 municípios com que possuem o Termo de Capacidade Técnico Institucional - TCTI, selecionados por critérios como licenciamento ambiental e gestão mais avançada, visando autonomia futura. Relatou que o projeto opera



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

em etapas: primeiro, reuniões online com representantes municipais para alinhamento e adesão. Em seguida, com mobilização presencial e com ampla divulgação, envolvendo comunidades tradicionais, setor empresarial, escolas e imprensa, além de capacitações paralelas sobre licenciamento e TCTI. Ressaltou a importância da representatividade e participação democrática, citando exemplos como Chapadinha, Bacabal e Humberto de Campos onde o público superou as expectativas. Detalhou a metodologia: formulários padronizados para coleta de propostas da sociedade civil e educação ambiental, baseados nos eixos do Plano Estadual (resíduos sólidos, recursos hídricos, queimadas, etc.), mas com espaço para temas regionais. Enfatizou o rigor documental (protocolos de convite, registros fotográficos) para respaldo jurídico e continuidade dos planos. Finalizou mostrando imagens de seminários, destacando a diversidade de participantes (indígenas, quilombolas, educadores) e a integração com a mídia local, reforçando o papel da educomunicação. Continuou relatando que o projeto já alcançou resultados significativos, ultrapassando as metas iniciais. Foram atingidos 27 municípios, com interesse crescente, inclusive com a participação de equipes de outras secretarias municipais em seminários para replicar a iniciativa. O número de pessoas impactadas diretamente chegou a 5.600, sem contar a mobilização indireta. Além disso, foram realizados 540 atendimentos sobre licenciamento ambiental, voltados a técnicos, conselheiros de meio ambiente e consultores. Mencionou que ações de educação ambiental não previstas no projeto foram incorporadas, aproveitando a estrutura e a equipe contratada para ampliar as atividades. A receptividade nos municípios foi destacada como positiva, embora com variações. Em geral, os participantes saíram satisfeitos dos eventos, embora ocasionalmente houvesse críticas pontuais, como sobre o almoço ou a sensação de não serem ouvidos adequadamente. Os seminários têm formato participativo, com abertura menos formal, presença de prefeitos e vereadores, e divisão em grupos para elaboração de propostas. Ao final, as sugestões são entregues oficialmente aos secretários municipais de meio ambiente e educação. Frisou o acompanhamento pós-seminário, com orientação técnica para elaboração de planos municipais de educação ambiental, mesmo que essa etapa não constasse originalmente no projeto. Citou o exemplo do município de Pedreiras, que aprovou seu plano em lei após um mutirão entre secretarias. A iniciativa tem incentivado outros municípios a acelerarem seus processos. Destacou o envolvimento do Ministério



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

Público, com promotorias participando ativamente do processo fiscalizador. Apesar dos desafios, como resistência em alguns municípios ou dificuldades operacionais, os resultados foram considerados muito positivos, com mudanças concretas em escolas e políticas públicas. O projeto tem prazo até março para conclusão burocrática, mas as orientações técnicas continuarão, inclusive com reuniões online para monitoramento. Embora a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA não possa obrigar os municípios a finalizarem seus planos, a cobrança indireta por parte do Ministério Público e da comunidade tem sido eficaz. Finalizou reforçando que o "Conexão Ambiental" tem promovido sensibilização, capacitação e engajamento social, fortalecendo a cultura de responsabilidade ambiental. Se pôs à disposição para esclarecer dúvidas foi reafirmada.

9. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, agradeceu a apresentação da servidora Raissa Ribeiro de Gusmão Azulay e abriu para manifestações.
10. O conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, iniciou sua manifestação parabenizando o projeto e destacando que ele não deve ter um ciclo final, mas sim ser transformado em política pública permanente, dada sua relevância e alcance. Sugeriu que a iniciativa ultrapassasse a fase de projeto para se consolidar como uma ação contínua do estado, especialmente diante das urgências ambientais no Maranhão. Apontou como lacuna a não inclusão dos comitês de bacias hidrográficas no processo, ressaltando que esses comitês — por sua proximidade territorial e representação municipal — poderiam ampliar o impacto do programa "Conexão Ambiental". Solicitou também que fosse disponibilizada a lista completa dos municípios alcançados pelo projeto, informação considerada essencial para transparência e avaliação. Reiterou a importância de responsabilizar os municípios pelas políticas ambientais, uma vez que sua capilaridade permite chegar a localidades onde o estado não consegue atuar diretamente. Finalizou reforçando que o encerramento do projeto seria prematuro, defendendo sua continuidade como política pública estruturada, em benefício do meio ambiente e da população do Maranhão.
11. O conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA**, iniciou sua fala reconhecendo a importância do trabalho apresentado, mas destacou a necessidade de maior aplicação prática, especialmente em conexão com os comitês de bacia hidrográfica. Questionou se



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

o estado tem oferecido incentivos concretos para envolver efetivamente comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas nessas ações, indo além do discurso e garantindo resultados tangíveis. Frisou a preocupação de que as discussões não se limitem a eventos isolados, como palestras, sem desdobramentos práticos. Sugeriu que os técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA assumam um papel mais ativo na implementação das políticas, incentivando a participação social e a execução de planos municipais de educação ambiental — incluindo temas como saneamento básico e proteção hídrica. Citou como exemplo urgente a má gestão dos recursos hídricos na região, com desperdício de água da chuva, e defendeu que as ações do projeto "Conexão Ambiental" sejam integradas a uma estratégia ampla de gerenciamento hídrico. Encerrou reforçando que a eficácia das políticas depende dessa articulação prática com as demandas locais.

12. A servidora **RAISSA RIBEIRO DE GUSMÃO AZULAY**, expressou satisfação pelo alinhamento das discussões com as expectativas do projeto. Reiterou que os planos de educação ambiental são de responsabilidade dos municípios, cabendo à equipe do projeto apenas impulsionar o processo inicial. Destacou que os seminários servem para coletar propostas, mas que os municípios devem ampliar a discussão localmente — incluindo comunidades ribeirinhas, povoados e grupos não representados nos eventos, por meio de reuniões adicionais, consultas públicas ou atividades escolares. Sobre a participação dos comitês de bacia, explicou que houve esforços para envolvê-los, com convites enviados por múltiplos canais (presencialmente, *WhatsApp* e ofícios). Reconheceu dificuldades em alcançar alguns membros, mas reforçou a importância estratégica desses comitês. Finalizou enfatizando que o apoio técnico continuará após o projeto, mas a execução e aprimoramento dos planos cabem às secretarias municipais, que devem assumir a liderança no processo.
13. O conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, manifestou como entusiasta do projeto, ressaltando seu histórico de apoio a iniciativas públicas, mesmo com recursos próprios, por acreditar no futuro daqueles que lutam por melhorias. Reconheceu o mérito do trabalho realizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, enfatizando que, embora críticas construtivas sejam necessárias para aprimoramentos, a iniciativa merece respeito e atenção. Compartilhou experiências de interação com municípios, onde



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

foi questionado sobre como levar o "Conexão Ambiental" a localidades não habilitadas. Destacou a necessidade de despertar nos gestores municipais a compreensão de que o meio ambiente não é uma despesa, mas parte essencial do planejamento estratégico. Elogiou a atual liderança da Secretaria de Meio Ambiente, descrevendo-a como corajosa e disposta a fazer as coisas funcionarem. Reafirmou seu compromisso como representante do controle social, valorizando iniciativas positivas e oferecendo apoio na mobilização de bases locais. Encerrou parabenizando o projeto "Conexão Ambiental", a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e o CONERH pelo trabalho desenvolvido, reafirmando sua disposição para contribuir com o avanço das políticas ambientais no Maranhão.

14. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, parabenizou a servidora Raissa Ribeiro de Gusmão Azulay pela apresentação e ao trabalho que a mesma coordena, reconhecendo os frutos já colhidos pelo programa "Conexão Ambiental". Destacou que o programa avança com foco em gestores municipais que possuem capacidade técnica e estrutura ambiental mínima, evitando desperdício de recursos ao priorizar municípios mais preparados para efetivar as políticas propostas. Citou como exemplo o município de Pedreiras, que rapidamente elaborou e aprovou seu plano municipal seguindo as diretrizes do projeto, demonstrando o interesse qualificado dos participantes. Sobre as sugestões apresentadas, concordou com a importância de envolver os comitês de bacias hidrográficas, reforçando que a educação ambiental é transversal e essencial para alcançar resultados em todas as áreas do meio ambiente. Anunciou que um programa permanente de educação ambiental está em desenvolvimento, com base pré-definida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, mas aberto a contribuições dos Conselhos. Informou que o programa incluirá capacitação para servidores, sociedade civil e atores ligados a recursos hídricos, com eixos específicos para cada temática. Finalizou reforçando a necessidade de capacitação contínua para avançar em desafios como a cobrança pelo uso da água, alinhando às propostas discutidas no ano anterior. A apresentação ao conselho foi justificada como oportunidade para coletar sugestões e fortalecer o programa.
15. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA** agradeceu ao presidente e deu continuidade à pauta, anunciando a próxima apresentação



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

sobre o Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental - PDGA. Solicitou que a servidora Andréa Saboia Morais Sousa, responsável pela exposição, se dirigisse à mesa para iniciar a explanação e informou que as apresentações serão disponibilizadas no grupo de *WhatsApp*.

16. A servidora **ANDRÉA SABOIA MORAIS SOUSA**, iniciou sua apresentação cumprimentando os presentes. Iniciou explicando que o Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental - PDGA está alinhado com as ações regulares realizadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento dos municípios que possuem Termo de Cooperação Técnico Institucional. Esses municípios devem apresentar relatórios anuais entre 1º de janeiro e 30 de abril, detalhando suas atividades em licenciamento, fiscalização, políticas públicas, planos de educação ambiental, gestão de resíduos, entre outros, conforme estabelecido pela Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA nº 043 de 2019, nos artigos 8º e 9º. Destacou que a resolução prevê a realização de capacitações técnicas e institucionais para municípios com desempenho acima de 50% nos relatórios, incluindo premiações. Relatou que a SEMA frequentemente recebe solicitações de capacitação, especialmente em anos de transição de gestão municipal, quando há troca significativa de equipes nas secretarias. Nessas situações, os municípios buscam apoio da SEMA para treinamentos emergenciais. Ressaltou, no entanto, que a SEMA não pode atender apenas a demandas pontuais, pois possui suas próprias atividades prioritárias.
17. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, complementou que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, assim como outros órgãos, frequentemente atuam no modo de "apagar incêndios", atendendo a demandas pontuais e desordenadas de municípios e comitês. Essa abordagem fragmentada gera perda de tempo, reduz a efetividade das ações e dificulta o alcance dos objetivos institucionais. Observou que a preparação de capacitações exige a dedicação de servidores que também possuem atividades ordinárias e prazos a cumprir, o que pode impactar temporariamente o fluxo de trabalho. No entanto, com a implementação de um programa permanente e organizado como o Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental - PDGA em desenvolvimento - é possível estabelecer um cronograma



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

estruturado, planejamento prévio e adesão coordenada. Essa sistematização permite executar as capacitações sem prejudicar as atividades regulares da secretaria.

18. A servidora **ANDRÉA SABOIA MORAIS SOUSA**, continuou informando que o referido programa foi elaborado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA para atender à crescente demanda por capacitação em licenciamento ambiental por parte de secretarias municipais e outros atores. O programa foi criado considerando o atendimento à Resolução Consema nº 043 de 2019, a melhoria contínua dos procedimentos ambientais e o fortalecimento do diálogo com a sociedade civil, setor empresarial e demais instituições públicas, como o Ministério Público. Pontuou que o Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental - PDGA tem como objetivos promover o desenvolvimento profissional de servidores públicos municipais e estaduais, capacitar e atualizar técnicos dos órgãos ambientais, além de fomentar o diálogo integrado com sociedade civil, conselhos profissionais e setor empresarial. Informou que programa está estruturado em três eixos principais. O primeiro eixo é voltado para o poder público, abrangendo tanto municípios que possuem Termo de Cooperação Técnico Institucional - TCTI quanto aqueles que ainda não possuem, com o intuito de apoiar a estruturação das secretarias municipais para futura adesão ao termo. O segundo eixo é direcionado à classe empresarial, incluindo capacitação de consultores ambientais, empreendedores e conselhos profissionais como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão (CREA-MA). O terceiro eixo envolve a sociedade civil, com participação de estudantes universitários e conselhos ambientais. Os métodos de aprendizagem escolhidos para o programa incluem cursos presenciais e online, além de seminários, sendo os presenciais priorizados inicialmente. Pontuou que a criação do PDGA busca superar a abordagem fragmentada de atendimento a demandas pontuais, substituindo-a por um modelo planejado que permita conciliar as capacitações com as atividades ordinárias dos servidores da SEMA, garantindo padronização e qualidade na formação técnica e comportamental, como no desenvolvimento de habilidades de liderança ambiental.
19. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, reforçou que a estrutura do Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental - PDGA está em fase de construção e que a SEMA mantém aberta a sugestões, especialmente por parte



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

dos conselhos presentes. Destacou a importância estratégica de incluir os comitês de bacia em um dos eixos do programa, visando atender às demandas específicas dessas instâncias. Enfatizou o caráter participativo do processo de formulação do programa, convidando os conselheiros a contribuírem com propostas para o aprimoramento da iniciativa. Foi reafirmado o compromisso de acolher as necessidades e expectativas dos diversos atores envolvidos na gestão ambiental, com menção específica à importância de incorporar as perspectivas dos comitês no desenho final do programa. Pontuou que a abordagem demonstrou a intenção de construir uma política pública de forma colaborativa, integrando os diferentes segmentos representados no conselho.

20. A servidora **ANDRÉA SABOIA MORAIS SOUSA**, explicou que o Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental - PDGA, inicialmente focado no licenciamento ambiental, expandiu para abranger diversas áreas de atuação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA. Os cursos oferecidos incluem temáticas como gestão florestal, fiscalização, monitoramento ambiental, gestão de resíduos sólidos, educação ambiental, mudanças climáticas, prevenção de desastres naturais e biodiversidade, atendendo assim às diferentes necessidades dos eixos do programa. Pontuou que a formação se caracteriza como contínua, com ciclos de avaliação anual para permitir ajustes e melhorias constantes no programa. Essa abordagem busca garantir que as capacitações se mantenham alinhadas com as demandas dos diversos públicos-alvo e com a evolução das políticas ambientais. O modelo de avaliação periódica foi apresentado como estratégia para aperfeiçoar continuamente a oferta de cursos e sua adequação às necessidades dos participantes.
21. O Conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, iniciou sua fala destacando que o programa em questão se alinha fortemente com as diretrizes que envolvem o poder público, o setor empresarial e a sociedade civil de modo geral. Ressaltou que, ao considerar os eixos de aprendizagem mencionados — como saneamento ambiental, recursos florestais, fiscalização e monitoramento ambiental, gestão de resíduos sólidos e outras temáticas — percebe uma forte convergência com os princípios e objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Enfatizou que este programa representa uma oportunidade relevante para os comitês, uma vez que oferece um eixo estruturante de pensamento, ações e políticas públicas que devem ser desenvolvidas no âmbito das bacias hidrográficas. Destacou que a gestão deve ocorrer



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

nas bacias, e não apenas nos comitês, e sugeriu, portanto, que a presidência da Comissão de Recursos Hídricos, junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, articule a realização de uma reunião com os presidentes e diretorias dos comitês de bacia, com o objetivo de discutir a integração deste programa às ações locais. Chamou atenção para a pertinência da proposta frente ao atual cenário de escassez hídrica no estado, ressaltando que o programa pode contribuir significativamente para a produção de água e a gestão dos recursos hídricos. Por fim, destacou que a iniciativa se relaciona diretamente com o processo de educação ambiental e com a formação de uma nova consciência socioambiental, sendo fundamental para fortalecer a atuação dos comitês de bacia na base.

22. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, destacou que, com relação a alguns temas, como licenciamento ambiental e fiscalização, já existem mentas definidas e um cronograma previamente estruturado. No entanto, pontuou que ainda há muitos conteúdos em fase de construção, sendo necessário o recebimento de sugestões por parte dos participantes. Destacou que temas como mudanças climáticas e prevenção de desastres naturais são extremamente relevantes na atualidade e, por isso, também carecem de contribuições para o seu desenvolvimento no contexto do programa.
23. O Conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, reforçou a importância da inclusão da política de prevenção e controle de queimadas no âmbito das discussões do programa. Ressaltou que, embora essa política já esteja contemplada dentro das ações da SEMA, ela também deve ser incorporada aos temas tratados no conselho, dada sua relevância e relação direta com a gestão ambiental e dos recursos naturais nas bacias hidrográficas.
24. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, complementou destacando que, embora o programa possua um cronograma definido e seja concebido como uma iniciativa permanente, com um período mínimo de avaliação de um ano, isso não significa que os temas abordados seguirão uma ordem sequencial. Enfatizou que os diferentes eixos temáticos podem ser desenvolvidos simultaneamente, por meio de oficinas, capacitações e outras atividades formativas realizadas em diferentes localidades ao mesmo tempo. Explicou que o programa está sendo construído de maneira a permitir essa flexibilidade, tanto do ponto de vista operacional quanto legal. Pontuou



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

que proposta é que ele seja executado por uma instituição com experiência e estrutura adequada, com capacidade de coordenar múltiplas frentes de atuação simultaneamente. Destacou ainda a intenção de envolver especialistas de notório saber em diversas áreas, além de representantes de órgãos como a Agência Nacional de Águas - ANA e de comitês mais avançados em termos de gestão, com o objetivo de agregar conhecimento e práticas já consolidadas. Reforçou que o objetivo do programa não é apenas promover capacitações que resultem em certificados, mas sim gerar produtos concretos em cada temática abordada. Utilizou como exemplo o tema do licenciamento ambiental, ressaltando que o propósito vai além do ensino básico: trata-se também de buscar a modernização, otimização e melhoria dos processos existentes, com resultados práticos e aplicáveis.

25. O Conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, ressaltou a importância de, além do monitoramento técnico, garantir o controle social sobre a política pública em construção. Destacou que é fundamental estabelecer um diálogo contínuo com a sociedade civil organizada e com os comitês de bacia, que estão diretamente envolvidos nos territórios e podem contribuir para o acompanhamento e fiscalização da execução do programa. Apontou que não basta apenas lançar o projeto ou o programa, é necessário definir quem irá monitorá-lo e exercer esse papel de controle social. Para isso, sugeriu que os conselhos municipais de meio ambiente e outras instâncias estratégicas dos municípios sejam acionados como parceiros nesse processo, considerando sua proximidade com a realidade local. Concluiu reforçando que, além da execução efetiva da política, é essencial garantir sua avaliação e acompanhamento ao longo do tempo, como uma recomendação central para o sucesso da iniciativa.
26. O servidor **LEONARDO DE JESUS MARINHO VIANA**, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e recordando que, no ano anterior, durante a definição da meta de capacitação do Progestão, os conselheiros e membros dos comitês de bacia hidrográficas foram consultados sobre os temas em que tinham maior interesse de aprofundamento. Informou que, com base nessas contribuições, foi elaborado um plano de capacitação que já foi encaminhado à Agência Nacional de Águas – ANA, e que este mesmo plano será utilizado como base para o Programa de Desenvolvimento da Gestão



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

Ambiental – PDGA. Ressaltou, portanto, que as prioridades temáticas partiram diretamente dos próprios conselheiros e comitês, refletindo suas demandas reais.

27. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, reforçou que a execução do programa está sendo planejada para ocorrer de forma indireta, por meio de uma instituição especializada. Explicou que a condução direta pela equipe da secretaria tornaria o processo menos eficaz, uma vez que demandaria a retirada de servidores de suas atividades ordinárias, o que acabaria comprometendo a qualidade das ações tanto na capacitação quanto nas rotinas administrativas. Mencionou que estão sendo avaliadas instituições com experiência comprovada, como a Fundação Getúlio Vargas-FGV, Fundação Sousaândrade e a EGMA, entre outras, para assumir essa responsabilidade. Reforçou que essa condução indireta visa garantir maior efetividade na execução do programa, permitindo uma melhor coordenação e resultados mais consistentes. Acrescentou ainda que os conselhos e comitês terão papel fundamental no acompanhamento, na fiscalização e na participação como observadores, o que contribuirá para a legitimidade e qualidade do processo formativo.
28. A servidora **ANDRÉA SABOIA MORAIS SOUSA**, acrescentou que a escolha de instituições especializadas, especialmente universidades, também se justifica pelo apoio pedagógico que essas instituições podem oferecer na elaboração das ementas dos cursos. Destacou ainda a importância da possibilidade de parceria com profissionais das próprias universidades, o que contribuiria significativamente para a qualidade técnica e metodológica das capacitações a serem oferecidas no âmbito do programa.
29. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, antes de dar continuidade às manifestações sobre a pauta do Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental - PDGA, comunicou que a servidora Raissa Ribeiro de Gusmão Azulay havia trazido a lista dos municípios onde já ocorreram ações do programa Conexão Ambiental, conforme questionamento anterior. Fez a leitura dos municípios contemplados: Paço do Lumiar, Colinas, Pastos Bons, Balsas, Arame, Grajaú, Barra do Corda, Pindaré-Mirim, Buriticupu, Godofredo Viana, São Bento, Açailândia, Lago da Pedra, Itinga do Maranhão, Santa Luzia, Pedreiras, Bacabal, Santa Inês, Rosário, Santa Rita, Arari, Chapadinha, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Antônio dos Lopes, Coroatá e Codó. Abriu para manifestações.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

30. A conselheira **MEAGAN TALITA PINHEIRO LEAL**, cumprimentou os presentes e expressou dúvida quanto à relação do Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental – PDGA, com o programa da Escola Ambiental, lançado no ano anterior na UNDB. Em seguida, apresentou duas sugestões de temas que considerou importantes e que, segundo ela, ainda não estavam contemplados na proposta: esgotamento sanitário e licitações sustentáveis. Relatou que há dificuldades enfrentadas na adaptação dos modelos de licitação à nova legislação vigente, especialmente no que se refere à incorporação de critérios de sustentabilidade nas compras públicas.
31. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, informou que está anotando as sugestões para passar à servidora Andréa Saboia Moraes Sousa e analisar tais ideias. Expôs que o Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental - PDGA está vinculado à Escola Ambiental, criada no ano anterior, e que será desenvolvido a partir dela. Informou que a Escola Ambiental está inserida na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, especificamente no setor de Educação Ambiental, e que sua coordenação se dará de forma indireta. Justificou que, por se tratar de um programa amplo, com diversos segmentos e eixos temáticos, sua execução direta pela secretaria não seria viável. Reforçou que, por isso, o modelo adotado será de gestão indireta, visando garantir maior alcance e efetividade das ações.
32. A servidora **ANDRÉA SABOIA MORAIS SOUSA**, lembrou que o Programa de Desenvolvimento da Gestão das Águas - PDGA teve origem a partir de uma demanda inicial voltada para o licenciamento ambiental, como consta na justificativa apresentada anteriormente. Relatou que, ao apresentar a proposta inicial, ainda restrita, o secretário sugeriu ampliar seu escopo. Assim, o programa passou a abranger outras frentes, nascendo, de fato, da necessidade de cumprimento da resolução que prevê o atendimento aos municípios com Termo de Cooperação Técnico Institucional - TCTI, especialmente na área de capacitações.
33. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, complementou explicando que a ideia do programa surgiu também da dificuldade enfrentada pela secretaria para atender, de forma improvisada, à grande quantidade de solicitações de capacitação vindas de prefeitos e secretários municipais. Diante desse cenário, optou por organizar um cronograma fixo, ao qual os municípios pudessem se



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

adaptar, se planejando para participar das capacitações de forma mais estruturada. Acrescentou que, ao apresentar essa proposta para outros setores, a ideia foi ganhando corpo e se expandindo. Pontuou que, hoje o Programa de Desenvolvimento da Gestão das Águas – PDGA, se consolida como um programa amplo, com múltiplos eixos temáticos, passível de adaptações e construções colaborativas, inclusive após a eventual contratação de uma instituição executora. Reforçou ainda que o programa busca valorizar os servidores públicos do estado, reconhecendo o conhecimento técnico local, bem como integrar os comitês de bacia e demais atores envolvidos na gestão ambiental. Enfatizou que o objetivo é promover um processo de formação que una especialistas externos, instituições qualificadas e os profissionais maranhenses comprometidos com a pauta ambiental.

34. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, acrescentou que, conforme mencionado pelo presidente na reunião passada, o conselho está aguardando as inscrições de conselheiros que tenham interesse em atuar como instrutores nos cursos previstos no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental - PDGA. Informou que a conselheira Luane Lemos Felício Agostinho, embora ausente na reunião, já se prontificou e formalizou sua inscrição para contribuir como professora nas capacitações.
35. A conselheira **MEAGAN TALITA PINHEIRO LEAL**, parabenizou a iniciativa, destacando que considera a proposta muito positiva. Em seguida, sugeriu a possibilidade de estabelecer parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), ressaltando que a instituição já possui um mestrado profissional na área de Recursos Hídricos, o que poderia contribuir tecnicamente com o desenvolvimento do programa.
36. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO** considerou positiva a sugestão e informou que a equipe já se reuniu com a professora Andréa Araújo, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, que contribuiu com diversas sugestões. Mencionou também que houve reunião com o vice-reitor da universidade, demonstrando que o diálogo com a instituição já está em estágio avançado. Reforçou que o programa está em fase de amadurecimento e que a expectativa é consolidá-lo ainda no primeiro semestre, com o lançamento oficial e posterior aperfeiçoamento contínuo.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

37. O conselheiro **OZENILDO JOSÉ PEREIRA CORREIA**, como representante efetivo dos comitês no Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH, destacou três pontos principais. Primeiramente, parabenizou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA pela condução do programa apresentado e ressaltou o esforço da atual gestão em aproximar a Secretaria dos municípios e da base, contribuindo para uma atuação mais integrada e efetiva. Em segundo lugar, questionou se foi apresentada alguma informação sobre a carga horária das capacitações, pois não conseguiu visualizar essa informação durante a exposição. Por fim, propôs a integração do programa de capacitação ao cronograma já em construção pelos comitês das bacias hidrográficas dos rios Munim e Preguiças, os quais contam com o apoio do Consórcio Intermunicipal da Região Leste Maranhense como entidade delegatária. Informou que essa programação deve ser concluída até a próxima semana e prevê a realização de quatro grandes oficinas em municípios estratégicos, tais como Barreirinhas, Santa Quitéria do Maranhão, Chapadinha e Morros, envolvendo ao todo cerca de 40 municípios e de 10 a 15 secretários por evento. Sugeriu que esses eventos poderiam servir como plataforma para a execução das capacitações previstas pelo programa apresentado pela SEMA, e solicitou o início de um diálogo formal para alinhar agendas, definir carga horária e avaliar a viabilidade de inclusão dessas ações.
38. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, esclareceu que, de fato, a carga horária não foi apresentada durante a exposição, confirmando que a servidora Andréa Saboia Moraes Sousa, não chegou a exibir essa informação. Informou, contudo, que já existe uma carga horária definida para a temática de licenciamento ambiental, mas que as demais áreas ainda estão em fase de construção. Ressaltou que a equipe está aberta a colaborações e sugestões que possam contribuir para ampliar o alcance do programa, destacando a importância de parcerias como a proposta pelos comitês representados por Ozenildo José Pereira Correia. Reafirmou que o momento ainda é oportuno para esse tipo de articulação e inclusão de novas propostas, reforçando que a Secretaria está disposta a dialogar e construir essas ações de forma conjunta. Por fim, solicitou que fosse informada a data dos eventos mencionados (Barreirinhas, Santa Quitéria, Chapadinha e Morros), para que seja possível alinhar as agendas.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

39. O conselheiro **OZENILDO JOSÉ PEREIRA CORREIA**, informou que, na próxima terça-feira (25/02/2025), o calendário dos eventos será fechado, com as cidades já definidas, restando apenas definir os locais exatos e as datas. Ademais, a programação será de dois eventos consecutivos em cada uma das duas primeiras quinzenas de dois meses. Por exemplo, se os primeiros dois eventos ocorrerem na primeira quinzena de abril, os outros dois serão realizados na primeira quinzena de maio. Ele propôs uma reunião para apresentar os detalhes do calendário e discutir como alinhar as agendas, garantindo que os eventos sejam realizados conforme o planejamento.
40. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, fez duas observações. Primeiro, lembrou que, no ano anterior, a Superintendência de Recursos Hídricos encaminhou um link para que os membros indicassem os cursos e capacitações de interesse, e destacou que essas informações já foram repassadas por Leonardo de Jesus Marinho Viana à equipe responsável pela elaboração do Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental - PDGA. Portanto, é possível que muitos dos cursos mencionados pelos participantes já estejam incluídos no programa, sendo necessário apenas verificar se há alguma proposta que ainda não tenha sido contemplada. Em segundo lugar, solicitou que os comitês enviem suas agendas ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH, assim que forem fechadas, destacando a importância desse alinhamento para evitar sobreposição com a agenda do conselho e com os processos eleitorais dos comitês, além de permitir a participação do próprio conselho nos eventos e a realização de atividades conjuntas.
41. A servidora **ANDRÉA SABOIA MORAIS SOUSA**, esclareceu que, em relação à carga horária, o único curso que já está mais estruturado é o de licenciamento ambiental, por ter sido o ponto de partida do programa. Explicou que esse curso está organizado em módulos temáticos, como: introdução ao licenciamento ambiental, aspectos jurídicos do licenciamento, fiscalização e licenciamento, licenciamento de obras de infraestrutura e política de resíduos sólidos. Cada módulo possui carga horária própria e tópicos previamente definidos. Como exemplo, mencionou que o módulo introdutório inclui o estudo detalhado sobre EIA/RIMA e um módulo voltado para planejamento estratégico que visa auxiliar os secretários na elaboração de projetos e programas. Ressaltou que, por se tratar de uma apresentação geral do programa, a ementa completa não foi trazida neste



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

momento. Finalizou explicando que os demais cursos ainda estão em construção e irão requerer apoio pedagógico de profissionais especializados para definição das ementas e respectivas cargas horárias.

42. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, ressaltou que, com base em sua experiência nos quase dois anos de atuação na Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e na participação em diversos eventos relacionados à gestão de recursos hídricos, inclusive em regiões como o norte do estado e em ações promovidas pela Agência Nacional de Águas - ANA, que um dos eixos fundamentais do programa deve ser o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas. Como sugestão, propôs que o programa contemple uma linha de ação voltada especificamente para esse fortalecimento, com foco na organização, na capacitação para a elaboração de projetos e na busca por maior efetividade e eficácia das ações dos comitês. Sugeriu ainda a participação de representantes da ANA e de comitês de outros estados que já estejam mais consolidados, como forma de inspirar e orientar os comitês do Maranhão a avançarem nesse processo.
43. O conselheiro **OZENILDO JOSÉ PEREIRA CORREIA**, explicou que a ideia não era sugerir novos cursos.
44. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, disse que podem ser sugeridos sim e reforçou que os comitês e o conselho já haviam encaminhado anteriormente sugestões de cursos e capacitações, o que torna importante verificar se as novas propostas já não estão contempladas na programação atual do programa. Destacou a importância de fazer esse alinhamento para evitar duplicidades e, ao mesmo tempo, manter o espaço aberto para novas sugestões de temas, caso ainda não estejam inclusas. Encerrou afirmando que as contribuições continuam sendo bem-vindas.
45. O conselheiro **OZENILDO JOSÉ PEREIRA CORREIA**, reforçou que não há a intenção de apresentar novos cursos neste momento. Segundo ele, a proposta é somar esforços entre os comitês e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA para apoiar a realização dos cursos que já constam na grade curricular do programa, conforme os temas que já foram apresentados. O objetivo, portanto, é contribuir com a execução e fortalecimento das ações planejadas, unificando as iniciativas.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

46. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, reforçou que as sugestões são bem-vindas e que o objetivo do programa é justamente ouvir os comitês e demais atores envolvidos para que a equipe possa se organizar e buscar pessoas capacitadas nas áreas de interesse, oferecendo formações de qualidade. Destacou ainda o desejo de trazer profissionais de fora do estado, que já tenham vivenciado experiências semelhantes e que estejam em estágio mais avançado, contribuindo assim com o aprimoramento das ações locais
47. O servidor **LEONARDO DE JESUS MARINHO VIANA**, esclareceu que, a título de informação, que as capacitações solicitadas no ano passado pelos comitês já constam no plano de capacitação do programa. Entre os temas mencionados estão: curso de preparação para pescadores e outros usuários diretos do rio, monitoramento e expedições na bacia, outorga de uso da água, procedimentos diante de crimes ambientais, importância da vegetação na proteção dos rios, recuperação de nascentes e áreas protegidas, gestão de corpos d'água em imóveis rurais, funções da agência de água e do Estado na gestão ambiental, fauna aquática, elaboração dos planos de bacia, uso consciente da água, monitoramento e reflorestamento de matas ciliares, fiscalização dessas áreas e ainda o curso intitulado “Plantadores de Água”.
48. A conselheira **MEAGAN TALITA PINHEIRO LEAL**, sugeriu que, dentro do tema das denúncias de crimes ambientais, seja dado um foco específico aos casos de maus-tratos a animais, pois, segundo ela, há grande dificuldade na identificação dos órgãos competentes para atuação, como ocorreu recentemente em um caso citado em que só depois de muito esforço descobriram que a responsabilidade era da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA. Destacou a importância de tornar esse tipo de informação acessível à sociedade civil, para que as denúncias possam ser feitas de forma eficaz. Além disso, chamou atenção para a questão do esgotamento sanitário, ressaltando que boa parte da população ainda vive na zona rural e não compreende a gravidade de não estar ligada à rede coletora de esgoto. Acrescentou que mesmo nas zonas urbanas, muitas pessoas ainda não têm clareza da importância de se conectar à rede da concessionária.
49. A conselheira **IRENE AGUIAR SANTOS**, iniciou agradecendo às servidoras que apresentaram os referidos programas. Em seguida, chamou atenção para a gestão de



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

resíduos sólidos, mencionando que, embora ninguém tenha falado durante a reunião, o tema consta no programa. Perguntou então como a SEMA está planejando trabalhar essa questão, destacando o problema visível do lixo em São Luís e em Barreirinhas, especialmente nas praias frequentadas por pescadores como Caburé, Atins e Ponta do Mangue, onde ela mesma realiza ações de limpeza desde o ano 2000. Também relatou ter sido informada da possível chegada de uma empresa de fora que assumiria a gestão dos resíduos sólidos em Barreirinhas. Segundo ela, essa empresa não estaria dialogando com os catadores locais e planeja simplesmente recolher e separar o lixo por conta própria, o que a preocupa. Assim, questionou se a SEMA está ciente dessa situação, quem está conduzindo o processo e como está sendo feita a gestão.

50. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, respondeu informando que, como atua no setor de licenciamento, desconhece a solicitação de licença por parte de qualquer empresa com esse perfil para atuar em Barreirinhas. Disse que se essa empresa está de fato chegando, já está começando de forma errada, pois não buscou a devida autorização. Acrescentou que já ouviu falar anteriormente de empresas interessadas em operar no município com propostas "milagrosas", mas nenhuma chegou a apresentar um pedido formal de licenciamento ou detalhamento do projeto à SEMA.
51. O conselheiro **OZENILDO JOSÉ PEREIRA CORREIA**, buscou esclarecer a situação com base no que tem acompanhado como secretário executivo do Consórcio Público Intermunicipal das Mesorregiões Norte e Leste Maranhense (CONLESTE), consórcio que reúne municípios e atua desde 2012 na busca por soluções para a gestão dos resíduos sólidos. Explicou que a construção e manutenção de aterros sanitários conforme as exigências legais é extremamente cara, sendo essa uma das principais dificuldades enfrentadas pelos municípios. Como exemplo, citou o Aterro da Titara, localizado em Rosário, que é de propriedade privada e atualmente já está quase esgotado, recebendo resíduos de aproximadamente 16 municípios. Destacou que o estado do Maranhão ainda não conta com nenhum aterro sanitário público. No caso específico da região dos Lençóis Maranhenses, diversos estudos apontaram a inviabilidade da instalação de aterros sanitários devido à fragilidade do lençol freático da área. Nesse contexto, explicou que está em andamento um projeto iniciado ainda na gestão do prefeito Albérico de França



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

Ferreira Filho, em Barreirinhas, e que vem sendo discutido há cerca de sete anos. Trata de uma Parceria Público-Privada - PPP com uma empresa que venceu um processo licitatório, participou de audiências públicas e teve o projeto aprovado pela Câmara Municipal. O objetivo é implantar uma usina para tratamento de resíduos que irá gerar energia e produzir um subproduto capaz de substituir o carvão natural em processos industriais. Também informou que o projeto não requer aporte financeiro por parte do município e que a empresa responsável já possui licença prévia da SEMA, além das autorizações do IBAMA e do ICMBio. No momento, a empresa está buscando a licença de instalação. A planta da usina será construída na estrada que liga Barreirinhas a Urbano Santos e contará com estrutura dedicada aos catadores, que deverão ser incluídos no processo. Pontuou que, cerca de 30 catadores já estão contemplados no projeto, que se encontra em estágio avançado, com o canteiro de obras já em processo de implantação. Ao finalizar, lembrou que a Lei nº 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, previa a erradicação dos lixões até 2012. No entanto, passados mais de 15 anos, nenhum município do Maranhão conseguiu cumprir essa meta, nem mesmo São Luís, que continua enviando seus resíduos para o terro em Titara. Destacou que a questão dos resíduos sólidos é extremamente complexa e exige atenção e acompanhamento contínuo.

52. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, deu esclarecimentos sobre o projeto de gestão de resíduos sólidos em Barreirinhas, agradeceu o complemento e afirmou que, durante o tempo em que esteve na Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, não foi feito nenhum pedido formal de licença de instalação para a referida usina. Explicou que, possivelmente, uma licença prévia tenha sido emitida antes da atual gestão, o que exigiria uma verificação da validade. No entanto, reforçou que, quanto à licença de instalação, não há registro durante o período de sua atuação na secretaria. Comentou sobre a empresa e suas intenções, que com a recente mudança de gestão, ele não sabia informar como ficaria a situação da licitação e reforçou que, pela ausência da licença de instalação, é improvável que o projeto esteja prestes a ser executado. Além disso, mencionou que tinha conhecimento de um pedido do Ministério Público contra a implantação da usina na área prevista, embora não soubesse exatamente os motivos. Sugeriu que essa situação fosse verificada com mais detalhes para esclarecer



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

o atual status da licença, se ela ainda está válida, e qual foi o desdobramento da possível ação civil pública mencionada. Compartilhou informações sobre outras iniciativas relacionadas ao tema dos resíduos sólidos no estado. Citou uma empresa privada de Santa Catarina que atua na região de Balsas e já possui licença de instalação. Pontuou que essa empresa é especializada na área e tem cerca de 20 anos de experiência, e existe a expectativa de que a implantação comece ainda neste ano, embora o cronograma exato dependa da empresa e da nova gestão municipal. Mencionou ainda que há um projeto de aterro sanitário público em Imperatriz, sendo conduzido pelo próprio município. Disse que não sabe como será a viabilidade desse projeto, mas torce para que dê certo e que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA está colaborando para isso. Citou também uma audiência pública realizada no dia anterior em Caxias, relacionada a outro pedido de licença para construção de aterro sanitário, este de iniciativa privada. Também avaliou que, apesar dos desafios, é possível perceber um avanço no tema dos resíduos sólidos no Maranhão. Observou que outros atores importantes estão começando a se envolver, como o Tribunal de Contas do Estado, que antes não se mostrava tão presente nesse debate, mas agora tem começado a cobrar mais dos gestores municipais. Para ele, esse movimento é positivo e necessário. Destacou a importância da iniciativa privada nesse setor, frisando que projetos como aterros sanitários só se concretizam se houver viabilidade econômica. Ressaltou que ninguém investe sem retorno financeiro e que não se pode cair em ilusões de soluções fáceis ou milagrosas e que tema exige estudos aprofundados, planejamento técnico e sustentabilidade financeira.

53. O conselheiro **JOSÉ IVO GONÇALVES SOUSA**, iniciou sua participação abordando o tema mais recente discutido, sobre a instalação de usinas de tratamento de resíduos. Ressaltou que os municípios enfrentam muitas dificuldades para instalar aterros sanitários. Pontuou que, a região Nordeste, de modo geral, não tem tradição em trabalhar com consórcios intermunicipais. Compartilhou a experiência vivida quando foi secretário em Pedreiras, entre 2013 e 2016, lembrando que antes mesmo de sua gestão, o Ministério Público já discutia com três municípios a criação de um consórcio para um aterro sanitário. No entanto, mais de uma década depois, a proposta ainda não foi concretizada. Também levantou uma preocupação sobre a sustentabilidade dos aterros. Questionou o que acontecerá quando, por exemplo, após vinte anos de funcionamento, o aterro atingir



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

sua capacidade. Destacou que, se os municípios levarem mais dez anos apenas discutindo a construção de um novo aterro, o problema volta à estaca zero. Relatou que tentou implantar um projeto alternativo em Pedreiras, com uma empresa do Rio de Janeiro, mas enfrentou forte resistência do Ministério Público, que considerava o aterro sanitário como a única solução viável, embora a Lei nº 12.305 permita outras alternativas. Para ele, é fundamental que o Estado se envolva diretamente na construção dos aterros, fomentando consórcios municipais, viabilizando projetos e buscando recursos. Destacou que, mesmo com recursos, a administração dessas estruturas é complexa — muitas vezes máquinas destinadas aos aterros são desviadas para outras atividades, o que é inviável, já que um aterro não pode ficar sequer um dia sem o maquinário adequado. Em seguida, direcionou sua fala ao Programa de Desenvolvimento da Gestão Ambiental - PDGA, destacando sua relevância. Segundo ele, a Lei Complementar 140 trouxe diretrizes importantes, e o Estado vem tentando cumpri-las, dentro das possibilidades. Destacou que a principal demanda dos municípios hoje é pela criação e habilitação de órgãos ambientais próprios, mas frisou que ainda mais urgente é a qualificação técnica dessas estruturas. José Ivo chamou atenção para a realidade preocupante em muitos municípios, onde os prefeitos nomeiam secretários sem qualquer formação ou conhecimento da área ambiental. Além disso, os municípios enfrentam dificuldades para contratar técnicos especializados. Ele relatou que, como consultor ambiental, observa uma variação enorme — de mais de 1000% — na cobrança por certidões de uso e ocupação do solo entre diferentes municípios. Mencionou casos em que se cobram valores superiores a R\$ 50 mil por uma certidão, que, segundo ele, é um documento público que apenas indica a viabilidade de instalação de um empreendimento, sem representar uma autorização ambiental em si. Criticou ainda o excesso de exigências nos processos de licenciamento, com pedidos de estudos técnicos desnecessários para determinadas atividades. Questionou como um empreendedor pode elaborar projetos completos antes mesmo de saber se terá autorização para se instalar em determinado local. Para ele, essa prática gera insegurança jurídica e entraves desnecessários. Como sugestão, propôs que o órgão estadual elabore protocolos claros para serem seguidos por todos os municípios habilitados, de forma a padronizar e orientar os procedimentos de licenciamento. Citou o exemplo do agricultor familiar que realiza queimadas legais para preparar sua roça, mas enfrenta dificuldades para obter



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

autorização junto ao órgão estadual. Como a maioria dos municípios não é habilitada e não tem capacidade técnica, os produtores acabam realizando as queimadas sem a devida autorização, por não conseguirem cumprir as exigências legais. Por fim, defendeu que o programa de desenvolvimento da gestão ambiental não deve apenas nivelar os municípios, mas principalmente orientar aqueles que não têm nenhuma noção sobre gestão ambiental. Lamentou que haja municípios habilitados que não sabem o que é um licenciamento ou como lidar com estudos ambientais. Para ele, é necessário criar uma base mínima de qualificação e entendimento, de modo que mesmo municípios com impacto ambiental reduzido possam conduzir corretamente o licenciamento. Reforçou que a delegação só deve ocorrer quando o município tiver, no mínimo, uma estrutura técnica minimamente qualificada para exercer a função.

54. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, iniciou sua fala reconhecendo que o problema da estrutura ambiental dos municípios não é exclusivo do Maranhão, mas de natureza estrutural e nacional. Mencionou os resultados da última avaliação dos relatórios recebidos pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, destacando que muitos dos 70 municípios com Termo de Capacidade Técnica não conseguiram atingir a pontuação mínima exigida em critérios objetivos de eficiência. Embora tenha sido adotada uma análise flexível e abrangente, mesmo assim, diversos municípios não passaram na avaliação e precisarão refazê-la. Esclareceu, no entanto, que a resposta a esse problema não foi a revogação imediata desses termos. Em vez disso, optou por emitir advertências e recomendações, incentivando os municípios a buscarem capacitação. Justamente por isso, o foco do semestre — e de todo o ano — tem sido a educação ambiental, especialmente a capacitação e formação de líderes, com ênfase nos gestores públicos. Destacou que, apesar de as capacitações estarem disponíveis, geralmente apenas uma ou duas pessoas por município demonstram interesse. E essas, em geral, estão motivadas pela necessidade de resolver demandas locais específicas, como o licenciamento de um posto de gasolina, por exemplo. Defendeu que o foco precisa ser ampliado, especialmente voltado para prefeitos e secretários municipais, já que a maioria das cidades sequer possui uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente estruturada. Pontuou que, muitas vezes o meio ambiente é apenas um setor subordinado a secretarias maiores, como obras, infraestrutura ou administração, e aparece



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

com pouca relevância institucional. Como contraponto positivo, foi citado o exemplo do município de Grajaú, que possui uma gestão ambiental forte e estruturada. Também comentou que a Secretaria de Meio Ambiente local é composta por equipe técnica qualificada, incluindo engenheiro florestal, geólogo, engenheiro ambiental e engenheiro civil, todos servidores efetivos. Destacou que a prefeitura realizou concurso público para estruturar a secretaria, e os sucessivos gestores tiveram a preocupação de manter essa organização, o que permitiu a colheita de bons frutos atualmente. A experiência bem-sucedida de Grajaú inclusive serviu de estímulo para outros municípios, que passaram a visitá-lo para aprender com suas práticas. Para reforçar esse exemplo, o município chegou a ser premiado, numa estratégia de valorização e disseminação de boas práticas. Reconheceu, contudo, que esse tipo de avanço ainda é exceção e que o trabalho de transformação é extremamente difícil. Segundo ele, os gestores municipais estão, na maioria das vezes, mais preocupados com a política e com a lógica eleitoral, deixando o meio ambiente como prioridade secundária ou até mesmo esquecida. Reforçou que é preciso desmistificar essa postura e promover uma nova mentalidade, algo que o próprio órgão estadual tem buscado fazer por meio do exemplo e da atuação prática. Ressaltou que é impossível para o órgão estadual cuidar sozinho da gestão ambiental de todo o estado. A estrutura atual não permite dar conta da demanda e, mesmo os órgãos federais, que deveriam prestar apoio, também sofrem com limitações estruturais e históricas, como falta de investimentos e ausência de concursos públicos. Reforçou que é fundamental investir na capacitação dos municípios, pois a gestão ambiental estadual deve, conforme a legislação, ser residual — ou seja, focada apenas naquilo que ultrapassa as competências locais. No entanto, o que se observa é o oposto: o órgão estadual ainda acaba assumindo, na prática, a gestão ambiental de muitos municípios, justamente porque eles não têm capacidade institucional ou técnica. Concluiu comentando sobre a situação dos novos gestores municipais. Muitos estão assumindo sem qualquer preparo, completamente perdidos, em razão das mudanças políticas recentes. Como resposta a demandas relacionadas a excesso de exigências em licenciamento, o órgão estadual promoveu recentemente uma capacitação voltada para cinco municípios específicos, cujo auditório ficou lotado. Destacou que esse interesse demonstra engajamento e vontade de aprender. E, com base nas primeiras impressões desta nova gestão municipal, ele se mostrou



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

otimista, acreditando que os gestores que estão chegando trazem um olhar mais sensível e atento para a questão ambiental. Compartilhou um relato sobre as dificuldades enfrentadas no passado com o licenciamento ambiental na região de Barra do Corda, ainda em gestões anteriores. Aproveitou para destacar um problema atual onde muitas empresas, inclusive grandes corporações que se instalam em municípios maranhenses, estão deliberadamente evitando o licenciamento ambiental municipal. Explicou que isso ocorre por uma falta de confiança no sistema local - as empresas temem que os processos não sejam bem conduzidos, que não haja monitoramento adequado das condicionantes ou que a gestão municipal não tenha capacidade técnica suficiente. Deixou claro que o objetivo da SEMA não é centralizar esses processos, mas sim trabalhar para melhorar a gestão ambiental nos municípios, tornando-os mais eficientes e confiáveis.

55. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, após apontamento, passou para a próxima pauta, sendo a atualização dos representantes do CONERH na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA). Explicou que, conforme o protocolo, a CIEA havia encaminhado ofício solicitando a indicação de novos membros. A situação atual mostrava que a instituição FRUTAMEL, foi eleita pela CIEA como instituição independente e por isso não poderia mais exercer essa representação pelo CONERH. Já a Associação Itaqui-Bacanga, havia acumulado muitas faltas e também precisava ser substituída. Então, abriu espaço para que os conselheiros da sociedade civil e do empresariado pudessem se inscrever para preencher as duas vagas disponíveis - um titular e um suplente. Ressaltou que alguns conselheiros, como Reinaldo Pereira da Silva, Cleyton Oliveira Pimenta e Maxuel Rodrigues Pinto, não poderiam se candidatar pois já haviam sido eleitos pela CIEA através de outras instituições que representam. A reunião seguiu com os demais pontos programados, mantendo o foco nos encaminhamentos necessários para as questões levantadas. Explicou a composição da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), deixando claro que os representantes do CONERH permaneceriam apenas até o final do atual triênio do conselho. Ela detalhou que, quando ocorrer uma nova eleição para o Conselho, os membros da CIEA precisarão ser renovados. Foi esclarecido que os conselheiros Cleyton Oliveira Pimenta, Maxuel Rodrigues Pinto e Reinaldo Pereira da Silva não poderiam ser indicados novamente, pois já haviam sido eleitos pela CIEA através de suas próprias instituições. No entanto,



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

verificou que o conselheiro Francisco Pereira da Silva, representando o Instituto Nacional de Políticas Públicas (INPP), poderia ser inscrito como titular, enquanto o Centro de Defesa foi indicado como suplente. O conselheiro Francisco das Chagas Sousa, representando o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania – CEDEPROD, foi confirmado na posição de suplente, ficando responsável por comparecer às reuniões quando o titular estivesse impossibilitado. Com essas indicações aprovadas, a discussão avançou para a formação de uma comissão técnica dedicada ao enquadramento do Rio Paciência.

56. O servidor **LEONARDO DE JESUS MARINHO**, assumiu a palavra para explicar a importância desse trabalho, destacando os graves problemas que afetam o Rio Paciência, como o despejo contínuo de esgoto in natura e o desmatamento de suas matas ciliares. Mencionou que o rio percorre três municípios - São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar - e que a situação exigia atenção imediata. Para agilizar o processo, a equipe optou por utilizar o banco de dados existente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, que já continha informações relevantes de outorgas e monitoramentos anteriores, em vez de iniciar novas análises do zero.
57. A servidora **PAULA SUELLEN FERREIRA DOS ANJOS**, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e reforçando a importância do trabalho de enquadramento do Rio Paciência. Explicou que este é um instrumento fundamental da Política Nacional de Recursos Hídricos, mas que tanto os estados quanto a própria Agência Nacional de Águas enfrentam grandes dificuldades para implementá-lo na prática. Como exemplo, mencionou que até a Agência Nacional de Águas - ANA precisou contratar uma empresa externa quando realizou o enquadramento de um rio federal, o que demonstra a complexidade do processo. Destacou que o sucesso deste instrumento depende da união de diversos atores - sociedade civil, órgãos públicos, comitês de bacia hidrográfica e usuários da água. Essa diversidade de conhecimentos e perspectivas, tanto técnicos quanto comunitários, é essencial para alcançar os resultados desejados. Enfatizou que a Superintendência de Recursos Hídricos está convidando formalmente o Conselho para participar ativamente da construção desta ferramenta de gestão. A situação crítica do Rio Paciência foi um ponto central de sua exposição. Relatou as grandes dificuldades que a equipe enfrenta atualmente para liberar outorgas neste corpo hídrico, devido ao seu alto



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

grau de degradação e sucateamento. O objetivo imediato do trabalho é justamente envolver diretamente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos no desenvolvimento deste projeto, criando um instrumento efetivo de gestão que possa contribuir para a recuperação e proteção do rio. Encerrou com um convite aberto para que todos os conselheiros se engajem neste desafio coletivo.

58. O servidor **LEONARDO DE JESUS MARINHO VIANA**, reforçou a importância da efetiva participação de todos no grupo de trabalho, destacando que os trabalhos serão intensos. Detalhou que a estrutura de trabalho será dividida em dois grupos distintos: um grupo interno e outro externo. Informou que o Conselho participará do grupo externo, que contará também com representantes das prefeituras, Secretaria de Infraestrutura, CAEMA e Ministério Público, entre outros atores. Essa ampla composição foi pensada justamente para garantir que, quando os resultados do enquadramento forem apresentados ao conselho, todos os entes envolvidos na construção do processo estejam devidamente representados.
59. A servidora **PAULA SUELLEN FERREIRA DOS ANJOS**, complementou as informações, acrescentando que os trabalhos já haviam sido iniciados e que a Portaria SEMA nº 38/2025, que institui o grupo técnico de trabalho institucional, já estava publicada. Informou que agora o próximo passo seria elaborar uma nova portaria para formalizar a criação do grupo de trabalho externo, que reunirá todas as instituições parceiras deste importante projeto. Essa etapa burocrática é fundamental para dar o devido respaldo legal às atividades que serão desenvolvidas em conjunto com os diversos atores envolvidos na recuperação e gestão sustentável do Rio Paciência.
60. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, a atenção para uma demanda urgente relacionada ao Rio Paciência. Destacou que essa é uma questão necessária e séria. Mencionou as dificuldades enfrentadas atualmente para emitir outorgas de captação e diluição, dado o comprometimento do rio. Defendeu que, mesmo sem conseguir focar em todas as frentes ao mesmo tempo, é fundamental priorizar as urgências, e o Rio Paciência é uma delas. Também explicou que estão trabalhando no processo de enquadramento do rio, e que, a partir da finalização desse trabalho — com mapeamento e análise da qualidade da água — será possível pensar em ações, destinar recursos e cobrar melhorias por parte das empresas que despejam efluentes. Enfatizou



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

que, se nada for feito, o rio corre o risco de desaparecer. Ressaltou ainda a importância do enquadramento dos corpos hídricos como uma demanda necessária, mas também interessante, principalmente no Maranhão, onde esse tipo de trabalho ainda é incipiente. Mencionou a dificuldade de encontrar empresas com *know-how* técnico para realizar esse tipo de serviço, comentando que, embora uma empresa de engenharia tenha realizado trabalhos similares no Mato Grosso, não demonstrou interesse em atuar no Maranhão. Por fim, destacou que o tema do enquadramento, embora não seja novo, deverá ganhar muita força no estado nos próximos anos, assim como outras demandas relativas à gestão dos recursos hídricos.

61. A servidora **PAULA SUELLEN FERREIRA DOS ANJOS**, confirmou que se trata da Portaria SEMA nº 38, de 2025.
62. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, passou para o ponto seguinte da pauta, que tratava das indicações para a comissão. Destacou que, presencialmente, havia representantes apenas da sociedade civil e do poder público, cabendo então aos usuários de água que participavam online indicarem representantes. Foi feita a indicação da Mineração Orizona - Claudemir Da Fonseca Gomes Filhos. Colocou para aprovação ao conselho, sendo este aprovado como titular. Não havendo mais manifestações, sugeriu manter a vaga em aberto e recepcionar indicações no grupo de *WhatsApp*. Passou para as indicações da sociedade civil, solicitando um titular e um suplente. Entre os presentes, foi indicado a instituição Ecos de Gaia – Naiara Rabelo Valle, como titular, e como suplente foi indicado a instituição Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPRODC - Francisco das Chagas Sousa. Abriu para manifestação. Sendo aprovado por unanimidade. Seguindo para o próximo ponto de pauta, foi tratado as inspeções realizadas pela Secretaria Executiva, especificamente sobre a indicação de cinco representantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos como delegados natos para a Conferência Estadual de Meio Ambiente, prevista para os dias 13 e 14 de março. Explicou que o regimento interno da conferência já foi publicado, e que as cinco vagas foram destinadas ao conselho. Salientou a importância de definir com antecedência os nomes dos delegados, e alertou que conselheiros que já foram eleitos como delegados nas conferências intermunicipais não podem ser indicados novamente como representantes do conselho estadual. Esclareceu



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos tem direito a cinco vagas para delegados natos na Conferência Estadual de Meio Ambiente, prevista para ocorrer nos dias 13 e 14 de março, provavelmente na UFMA, aguardando apenas confirmação oficial do local. Perguntou quem entre os presentes gostaria de se candidatar como delegado nato, esclarecendo que apenas os conselheiros que não foram eleitos como delegados nas conferências intermunicipais podem se inscrever para essas vagas. A principal tarefa será participar das discussões nos cinco eixos temáticos da conferência, que irão analisar e priorizar as propostas oriundas das conferências anteriores. Cada um dos cinco eixos contará com até 18 propostas vindas das etapas intermunicipais. Os delegados deverão se distribuir conforme o eixo com o qual tenham maior afinidade, e, dentro desses grupos, farão a análise e a priorização de até cinco propostas por eixo. Essas propostas, ao final, serão homologadas e encaminhadas para a Conferência Nacional de Meio Ambiente. Além disso, ressaltou que haverá uma eleição entre os próprios delegados — tanto os natos quanto os eleitos nas etapas intermunicipais, que somam cerca de 400 pessoas — para definir os 40 delegados que representarão o Maranhão na etapa nacional, onde defenderão as propostas priorizadas no âmbito estadual. Ao retomar a leitura, destacou um ponto importante: além das vagas destinadas ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o regimento também reservou quatro vagas para os comitês de bacias hidrográficas. Solicitou que os membros que fazem parte desses comitês fiquem atentos e se organizem, realizando uma reunião entre si para decidir quem irá representar os comitês na conferência.

63. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, afirmou que o ideal será deixar a vaga em aberto e se colocará no grupo a disponibilidade para inscrição. Deu seguimento à pauta anunciando o segundo ponto de inserção, destacando que seria breve, e pediu o apoio do presidente para a condução. Lembrou que, como acontece todos os anos, será realizado o Seminário Anual de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Informou que, para este ano, houve uma sugestão do presidente, do vice-presidente e da Superintendência para que o evento fosse realizado em parceria com a SEMA e com um município do interior, sendo escolhido o município de Barreirinhas. Informou que o contato com a comissão organizadora do seminário já foi iniciado, e uma reunião preparatória foi realizada. O objetivo foi discutir a melhor



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

estrutura e programação para o evento. Informou também que, mais informações serão compartilhadas com todos os membros do conselho. Por fim, confirmou que o seminário será realizado no dia 21 de março, uma sexta-feira, em alusão ao Dia Mundial da Água.

64. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, retomou a palavra para explicar a escolha de Barreirinhas como local para o Seminário Anual de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Ressaltou que a escolha foi apenas uma sugestão, não uma imposição, destacando que o município dispõe de uma boa estrutura de apoio logístico e técnico, o que facilita a organização do evento. Destacou que a escolha por Barreirinhas também se deu por ser uma localização acessível para muitos, e que a ideia é garantir uma boa mobilização dos membros dos comitês, incluindo a participação de secretários municipais, principalmente os que assumiram recentemente a gestão.
65. O servidor **LEONARDO DE JESUS MARINHO VIANA**, complementou reforçando a importância de pensar uma programação atrativa e relevante. Sugeriu que o seminário não se limite apenas a palestras, mas que inclua também oficinas práticas, com foco em aprendizado ativo. Para ele, oficinas são mais dinâmicas e oferecem uma forma mais eficaz de desenvolver capacidades nos participantes, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da atuação dos comitês.
66. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA** concluiu reforçando o caráter essencial do seminário. Lembrou que o evento é promovido pelo CONERH para os comitês de bacia hidrográficas, e, por isso, é fundamental que os conselheiros estejam presentes e engajados. Ressaltou que a principal missão do seminário é capacitar e fortalecer os comitês, e que cabe aos conselheiros ouvir, dialogar e apoiar diretamente esse público. Por isso, a ideia é estruturar uma programação que contemple rodas de diálogo, oficinas integradas e momentos de troca efetiva entre conselheiros e membros dos comitês. Finalizou dizendo que o objetivo é que o seminário resulte em um produto concreto, fruto da participação coletiva.
67. O conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, retomou a palavra trazendo uma reflexão sobre a necessidade de reformular o formato do Seminário de Fortalecimento dos Comitês. Para ele, é preciso promover uma mudança na condução do evento, estimulando mais debate, participação ativa e diálogo com os comitês, além de ampliar o



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

processo formativo para envolver a sociedade civil. Enfatizou que é fundamental abrir esse espaço para que os comitês possam dialogar, refletir e se fortalecer de forma mais efetiva. Outro ponto destacado por, foi a necessidade de deliberar um indicativo de quantas representações dos comitês devem compor o seminário em Barreirinhas. A ideia é que já a partir da segunda-feira seguinte à reunião, se inicie uma articulação com os presidentes dos comitês para levantar nomes e adiantar as indicações de participantes.

68. O servidor **LEONARDO DE JESUS MARINHO VIANA**, acrescentou um aspecto prático e orçamentário ao lembrar que, infelizmente, não é possível custear diárias para representantes da sociedade civil que não estejam organizados institucionalmente. Segundo ele, os recursos são limitados e o apoio só pode ser concedido a uma parte dos participantes, o que torna essencial uma mobilização estratégica.
69. O conselheiro **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA**, respondeu compreendendo a limitação, mas reforçou que mesmo assim é importante fazer uma boa divulgação do evento, especialmente para os usuários de água e para o poder público que participa de comitês nas bacias envolvidas. Defendeu que o evento se insira dentro das ações da Semana da Água e sugeriu articular reuniões com secretários de meio ambiente e de agricultura. Ampliou a proposta ao sugerir incluir também secretários de educação, junto com suas equipes técnicas, para que o encontro seja mais representativo e possibilite debates mais integrados e propositivos sobre a gestão da água.
70. O servidor **LEONARDO DE JESUS MARINHO VIANA**, reforçou que a equipe está finalizando a programação e os detalhes logísticos do evento, e que em breve será feito o envio dos convites formais aos secretários municipais, não apenas da região de Barreirinhas, mas também de outros municípios. Destacou ainda a importância de oficializar o convite a empresas, com o intuito de envolver o maior número possível de atores sociais e econômicos.
71. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, informou que, após participação em um encontro nacional, conseguiu junto à organização do evento que a primeira reunião do Fórum Nacional das Águas seja realizada em São Luís, já no mês de março. A reunião acontecerá no Centro Histórico, um espaço com boa estrutura e fácil acesso, com pousadas e restaurantes próximos, o que facilita a logística dos participantes. Reforçou que a decisão de buscar sediar eventos dessa natureza faz



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

parte de uma estratégia para motivar e fortalecer a gestão ambiental e de recursos hídricos no estado. Usou como exemplo a COP 30, sediada pelo Pará, mencionando que, apesar do ceticismo inicial, o evento levou a um salto qualitativo na atuação dos órgãos ambientais estaduais e municipais da região. Segundo ele, o desafio de sediar um evento de grande porte estimula entregas concretas, melhorias de gestão e maior compromisso com os resultados. Destacou que o conselheiro Francisco das Chagas Sousa será o representante do Maranhão na reunião do Fórum Nacional, e que um dos objetivos é justamente pleitear a realização de outros eventos em São Luís, defendendo a capacidade do estado de sediar iniciativas relevantes e incentivando os comitês locais a se engajarem mais profundamente.

72. O servidor **LEONARDO DE JESUS MARINHO VIANA**, retomou a palavra para tratar da participação do Maranhão no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - ENCOB, que neste ano será realizado em Vitória, no Espírito Santo. Ele lembrou que, da mesma forma como foi feito no último ENCOB em Natal, foi possível viabilizar um ônibus para levar um bom número de participantes. No entanto, destacou que, neste ano, por conta da distância e dos altos custos com passagens aéreas, não será possível garantir o deslocamento de um grande grupo. Apesar da limitação, afirmou que o esforço agora é para, ao menos, garantir uma vaga por comitê, assegurando que haja representatividade mínima do estado no evento. Segundo ele, é inviável realizar o trajeto de ônibus até o Espírito Santo, e os custos com voos estão muito elevados, o que torna a logística mais desafiadora. Ainda assim, a intenção é manter a presença do Maranhão no encontro nacional e assegurar que os comitês locais estejam representados nesse espaço de troca e fortalecimento.
73. O Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, complementou a fala anterior ressaltando que, apesar da distância e dos desafios logísticos para o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - ENCOB em Vitória/ES, é importante que os comitês comecem a se programar com antecedência. Destacou que, quanto mais cedo for identificado quem tem interesse em participar, maiores são as chances de organizar melhor a logística, ainda que os recursos e vagas sejam limitados. Destacou que o planejamento antecipado pode permitir ajustes que seriam inviáveis se deixados para última hora.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

74. A Secretária Executiva do CONERH, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, falou que já iria colocar para os presentes, especialmente para aqueles que se inscreveram como delegados natos representando os comitês. Mencionou a necessidade de que, ao definir quem iria para a eleição dos delegados para a conferência nacional, os interessados considerassem se prefeririam participar da Conferência Nacional de Meio Ambiente ou do Fórum Brasil das Águas. Explicou que, ambos os eventos ocorreriam na mesma data, com a Conferência Nacional de Meio Ambiente em Brasília/DF, de 6 a 9 de março, e o Fórum das Águas em João Pessoa/PB, de 5 a 9 de março. Pediu para os membros dos comitês reflitam sobre qual evento escolheriam, pois a coincidência de datas tornaria inviável a participação nos dois. Em seguida propôs para seguirem aos assuntos de interesse geral.
75. A conselheira **NAIARA RABELO VALLE**, mencionou que recentemente compartilhou um estudo da Agência Nacional de Águas sobre o futuro dos recursos hídricos, com modelagens hidrológicas que vão de 2015 a 2040 e de 2041 a 2100. Explicou que o estudo, chamado "Impactos da Mudança Climática nos Recursos Hídricos do Brasil", se baseia em dados sobre a queda dos níveis de reservatórios e águas subterrâneas em todo o mundo, devido ao aumento das temperaturas globais. Destacou que isso afeta a todos, e refletiu sobre como o clima impacta os recursos hídricos e o cotidiano das pessoas, como o aumento nos preços de produtos como café e ovos. Explicou que, para o Brasil, o cenário mais pessimista indicaria uma redução de até 40% da disponibilidade hídrica, com um cenário otimista mostrando uma redução de 20%. Também abordou as implicações para o Maranhão, onde o uso indiscriminado de agrotóxicos tem contaminado as águas, além da escassez hídrica. Reforçou a necessidade de adaptar as ações de gestão hídrica, o que inclui um compromisso de todos, e lembrou da importância do pacto pela gestão hídrica aprovado pelo conselho. Enfatizou que é essencial envolver os municípios e secretarias estaduais, como as de meio ambiente e agricultura, para a gestão eficiente dos recursos hídricos e a implementação de políticas públicas que garantam a sustentabilidade hídrica e a conservação ambiental. Por fim, alertou que o cenário é grave e que, se não forem tomadas ações agora, as futuras gerações irão enfrentar sérios impactos. Concluiu com um apelo à Câmara Técnica para avançar nas pautas de gestão hídrica e garantir a participação de todos, incluindo a Secretaria de



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO -
CONERH

Estado do Meio Ambiente - SEMA, nas futuras discussões e ações para proteger os recursos hídricos do estado.

76. Não havendo mais manifestações, o Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, agradeceu a presença de todos, e declarou encerrada a reunião.

Eu, Amanda Luíza Oliveira Pinheiro Sampaio Costa, copiei a presente Ata que foi lavrada e assinada pelo Vice-Presidente do CONERH, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, que exerceu a função de presidente na reunião.

São Luís, 30 de maio de 2025

ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO

Vice-Presidente do CONERH

LENNISE MARIA PASSOS PORTELA

Secretária Executiva do CONERH



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2025, às 15:51.

Assinado por: LENNISE MARIA PASSOS PORTELA - Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS

Código Verificador: 50548461, Código CRC: XDGUD2XX

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/fi/consulta-doc.xhtml>.



Documento assinado eletronicamente em 01/07/2025, às 17:32.

Assinado por: ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO - Cargo: SECRETÁRIO (A) ADJUNTO (A) DE DE LICENCIAMENTO

Código Verificador: 50548461, Código CRC: XDGUD2XX

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/fi/consulta-doc.xhtml>.